



PARECER JURÍDICO INICIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2022.0403.0830/SELIC-PMM

DA: Procuradoria Jurídica de Melgaço/PA

PARA: Gabinete do Ordenador de Despesas

Ilustríssimo. Sr. Prefeito,

À apreciação desta Procuradoria Jurídica vieram os autos do Processo Administrativo nº 2022.0403.0830/SELIC-PMM, pleiteando a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O FUNCIONAMENTO DO ANEXO DA ESCOLA NSA. SRA. DO PERPETUO SOCORRO.**

Em cumprimento ao despacho inicial do Ordenador de despesas, o processo tramitou: a) pela *Secretaria Municipal de Educação*, principal interessada pela realização do certame, para elaboração do *Termo de Referência e Pesquisa de Mercado*; b) pelo *Gabinete do Ordenador de Despesas*, para despacho de aprovação do *Termo de Referência*; c) pelo *Setor de Licitações e Contratos*, para informação da existência ou não de contratação similar vigente e/ou consolidação das demandas porventura existentes; d) pelo *Departamento de Contabilidade*, para a elaboração de parecer acerca da indicação de dotação orçamentária, disponibilidade orçamentária e compatibilidade com as demais peças orçamentárias; chegando, por fim, a esta *Procuradoria Jurídica* para parecer.

É válido ressaltar que o pleito foi instruído com laudo de avaliação subscrito pelo Sr. CIRO LEANDRO DE SOUZA FARIAS, inscrito no CAU/PA: A70526-98 - Arquiteto/Urbanista.

Prevê o artigo 24, inciso X da Lei de Locação, *in verbis*:

*Art 24. É dispensável a licitação:
X - para a compra ou locação de imóvel destinado
ao atendimento das finalidades precípuas da*

Página | 1





administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

Como adverte JACOBY FERNANDES, "*poucas vezes vislumbra-se o estabelecimento em plena consonância com o interesse público*". No presente caso, somente o imóvel comercial, de propriedade do(a) Sr.(a) RAIMUNDO CLOVES BALIEIRO MARTINS, ambos devidamente qualificados nos autos, tem a estrutura necessária a atender a demanda do interessado, razão pela qual a escolha está plenamente justificada.

No que se refere à exigência de ser imóvel destinado a atividade precípua da Administração, igualmente cumprida. Não se pode ignorar que a função precípua do Poder Público é, também, .

Por fim, o requisito legal é a adequação do valor a ser pago. No caso, há laudo de avaliação, hígido a atender à exigência normativa.

Assim, opinamos pela dispensa de licitação na forma do art. 24, X da Lei 8.666/93.

É o parecer. SMJ.



Melgaço/PA, 04 de Março de 2022.

MAURO CÉSAR LISBOA DOS SANTOS
Assessor Jurídico da PMM
OAB/PA 4288

